



# Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT .....	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado ERNANI PUDELL
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Mala de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1992  
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As dezesseis horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Keilse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Djalma de Almeida César, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Elio Rusch, Geraldo Cartário, João Iensen, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 922**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 09.06.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. - **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, o motivo de fazermos a Questão de Ordem, diz respeito ao seguinte: nós estamos apreciando hoje o veto apostado ao Projeto de Lei nº 423/91, que prorrogou o prazo de que trata o art. 7º, da Lei Complementar nº 56, de 18.02.91, em conformidade com o § 1º, do art. 1º, da Lei Federal nº 8214, de 24.07.91, que prorrogou, portanto, até o dia 1º de maio de 92, o prazo para criação de novos municípios.

A indagação que fazemos à Mesa é a seguinte: esta lei por nós aprovada, a 423/91, teve a sua constitucionalidade argüida por Sua Excelência o Governador Roberto Requião. Posteriormente, alguns municípios ainda foram criados.

Então o questionamento que fazemos é se, tendo esta lei sido argüida a sua constitucionalidade, para tal se manifestou favoravelmente pela inconstitucionalidade da mesma, pelo menos através de liminar do Supremo Tribunal Federal, qual é o comportamento que deveríamos adotar neste momento, porque se já foi declarado inconstitucional, entende-se que a lei não existe e talvez não tivesse razão de nós apreciarmos o veto de Sua Excelência o Governador.

Então, eu gostaria que Vossa Excelência prestasse um esclarecimento ao Plenário, para que pudéssemos, com conhecimento de causa, decidir sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr.

Deputado Albino Corazza apresentou dois projetos de lei no mesmo sentido: um referindo-se a uma lei ordinária, e outro a lei complementar. Este refere-se à lei ordinária. A lei complementar, o veto apostado à lei complementar, a Assembléia já apreciou e foi rejeitado. Este veto é simplesmente para situá-lo como mantido.

Os projetos serão apreciados de uma só feita.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar, votando com as cédulas que contêm a

expressão SIM.

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação, as cédulas que contêm a expressão NÃO.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 075/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 356/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, o imóvel urbano que especifica. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 381/91

Curitiba, 19 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 301/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 356/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco o lote de terreno sob nº 01, da Quadra nº 32, da Planta Oficial da sede do referido município, lote esse havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição nº 11.180, às fls. 280, do Livro nº 03, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de pronunciamentos expendidos pela Secretaria de Estado da Administração, através de sua Coordenadoria do Patrimônio do Estado e pela Secretaria de Estado da Saúde, segundo os quais a pretendida doação é frontalmente contrária aos interesses da Administração, tendo em vista que a edificação existente no questionado lote de terreno vem sendo ocupada por unidades locais da Pasta Estadual da Saúde e que, portanto, não há nenhuma possibilidade de tal doação ser efetivada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 356/91, encontra-se publicado no D.A. nº 100, de 20.08.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 075/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, veta totalmente o Projeto de Lei nº 356/91, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, o imóvel urbano que especifica.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O veto do Sr. Governador tem amparo constitucional de conformidade com o art. 87, inciso VII e § 1º, do art. 71, da Carta Estadual.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame, decorreu de pronunciamentos expendidos pela Secretaria de Estado da Administração, através de sua Coordenadoria do Patrimônio do Estado e pela Secretaria de Estado da Saúde, segundo os quais a pretendida doação é frontalmente contrária aos interesses da Administração, tendo em vista que a edificação existente no questionado lote de terreno vem sendo ocupada por unidades locais da Pasta Estadual de Saúde e que, portanto, não há nenhuma possibilidade de tal doação a ser efetivada.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 076/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 294/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco os imóveis que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 382/91

Curitiba, 19 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 285/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e em conformidade com o que dispõe o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 294/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses do Estado.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, os lotes nºs 07, 08, 09 e 10, da Quadra 76, da planta oficial daquela cida-

de, todos de propriedade do Estado, para que aquela municipalidade destine-os, especificamente, à instalação da Agência da Receita Federal. Entretanto, tal medida, pela sua dúbia redação, permitindo que outros órgãos, a critério do Município, possam vir solicitar a utilização dos citados imóveis, não apresentaria, se acolhida, as necessárias condições de exequibilidade.

Há que se considerar também que, embora não mencione o Projeto, os referidos lotes não se constituem de terra nua, havendo sobre eles 1.365,17 m<sup>2</sup> de área construída, cujas instalações albergam o 3º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, sediado naquela Região, conforme informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Logo, não seria de bom alvitre, desalojar uma unidade da administração pública do Estado, do mais alto interesse da população, como uma unidade da Polícia Militar do Estado, para ceder suas instalações a organismos da Administração Federal.

Essas as razões, que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 294/91, foi publicado no DA. nº 89, de 05.08.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROPOSIÇÃO AO VETO Nº 076/91

P A R E C E R:

O Governador do Estado, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, inciso VII, da Constituição Estadual, vetou integralmente o Projeto de Lei nº 285/91, de autoria do Deputado Carlos Símones, fazendo dentro do prazo previsto no art. 71, § 1º do mesmo Diploma Legal.

Assim entendemos que nada obsta a apreciação da presente proposição pelo Douto Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 124/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que torna obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e fator RH nas Carteiras de Identidade e de Habilitação. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 383/91

Curitiba, 19 de novembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 284/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 124/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo tornar obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e fator RH nas Carteiras de Identidade e de Habilitação em todo o Estado do Paraná e que, nas carteiras de habilitação para dirigir veículos haja espaço indicativo da condição de doador de órgãos.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento expendido pelo Departamento de Trânsito que, analisando a matéria, asseverou textualmente que:

1. Trata-se de Projeto de Lei nº 124/91, oriundo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que pretende, em resumo, tornar obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e fator RH nas Carteiras Nacionais de Habilitação neste Estado.

2. Preliminarmente, trata-se de medida de todo louvável, pois, como explicado na Justificativa anexa, "visa facilitar o socorro e atendimento das pessoas vítimas de acidentes e em caso de emergência", ressaltando tão somente verificar a viabilidade jurídica de tal providência.

Sob tal ótica, de pronto se torna necessário afastar a possibilidade de um Estado-Membro legislar sobre o assunto, por tratar-se de competência da União, exclusivamente.

Os dados constantes das cédulas de identidade e a inclusão de outros dependentes de autorização do Poder Executivo Federal, conforme § 1º art. 4º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegurou validade nacional a estas.

Quanto à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a vedação é ainda maior, pois estas obedecem a modelo nacional fixado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), identificando-se a Unidade expedidora unicamente por sua sigla, aliás pouco destacada...

Sobre a competência para legislar sobre o assunto diz o art. 67 da Lei nº 5.108, de 21.09.66 (Código Nacional de Trânsito), que

"a carteira nacional de habilitação será expedida, em caráter permanente e em modelo único, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito".

Os Departamentos de Trânsito dos Esta-

dos emitem CNH em nome e por determinação do CONTRAN, que poderia, inclusive, revogar a Delegação, total ou parcialmente, em caso de desobediência às normas por ele estabelecidas, como ocorreu, por exemplo, com o Estado do Rio de Janeiro (Resolução nº 751, de 26.07.90), pela aplicação do art. 118 da Resolução nº 734/90.

Ademais, restariam duas questões de ordem eminentemente prática a serem respondidas: por que inserir os dados, nos dois documentos, se a CNH é obrigatoriamente apresentada com a cédula de identidade e, sendo obrigatória a prova do tipo sanguíneo e fator RH, quem teria competência legal para realizar os exames necessários e atestar validamente os dados assim obtidos.

O DETRAN/PR não tem a estrutura necessária para tanto, diga-se já de início, em especial no interior.

3. Entretanto, a providência é altamente louvável e útil, pelo que se deve apontar alternativas ao Projeto em tela.

A alteração de dados de possível inserção nas cédulas de Identidade depende de aprovação do Poder Executivo Federal, que por certo seria sensível à solicitação feita pela Assembleia Legislativa em tal sentido; o mesmo se diga do CONTRAN, neste último caso com a vantagem de que as CNH's têm, no seu verso, campo específico para "Observações", onde os dados poderiam ser colocados com relativa facilidade.

Face ao exposto, recomendamos a devolução do protocolado, pronunciando-se este Departamento de Trânsito de modo contrário ao Projeto de Lei, pelos motivos supramencionados."

Por outro lado, o veto aposto encontrou motivação, também, no adiante transcrito parecer do Instituto de Identificação, órgão da Polícia Civil do Estado do Paraná:

"Após análise do Projeto de Lei 124/91 de 23.10.91 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passamos a mencionar os motivos que justificam o parecer contrário deste Instituto de Identificação ao conteúdo no Projeto de Lei acima referido.

- O objetivo de fazer constar o Tipo Sanguíneo e Fator RH do requerente, em que pese, louvável, confronta o disposto na Lei Federal 7116 de 29.08.83 regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 89.250 de 27.12.83, que normatiza a expedição e dados constantes nas cédulas de identidade emitidas pelos Institutos de Identificação das Unidades da Federação.

- O fato do requerente apresentar seu tipo sanguíneo grafado em qualquer documento, não contribui efetivamente à prestação de socorro, pois qualquer hospital, banco de sangue ou unidade de saúde apta a atender uma vítima de acidente, determina

obrigatoriamente o tipo sanguíneo do paciente antes de qualquer procedimento que envolva transfusão sanguínea, dado ao elevado risco que envolve uma transfusão incompatível.

- Dado ao modelo de cédula de identidade adotada no País não contamos hoje com campos vagos, no verso e averso, para tais anotações.

- Desconhecemos quem poderia atestar, oficialmente, o grupo sanguíneo e fator RH para anotações em nossos arquivos. Caso a rede particular de saúde o fizesse, teríamos com certeza, um aumento de custo ao requerente que deveria nos apresentar mais um documento para emissão da 1ª. ou 2ª. via."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 124/91, foi Publ. no D.A. nº 31, de 09.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 77/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício DTL/SAT nº 383/91, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 77/91, aposto ao Projeto de Lei nº 124/91, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato que torna obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e fator RH nas carteiras de identidade e de habilitação.

De acordo com a justificativa do veto, o Projeto em epígrafe fere o dispositivo constitucional visto que é de competência do Poder Executivo Federal os dados constantes e a serem inseridos nas cédulas de identidade, conforme § 1º, art. 4º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.

Quanto a Carteira Nacional de Habilitação, as mesmas devem obedecer o modelo nacional fixado pelo Conselho Nacional de Trânsito. A competência para legislar sobre o assunto é determinada pela Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.

Por estas razões, somos pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 423/91,

de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, que prorroga o prazo de que trata o art. 7º da Lei Complementar nº 56 de 18/02/91, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 1º da Lei Federal nº 8.214 de 24/07/91, até o dia 1º de maio de 1992. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 384/91

Curitiba 19 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 298/91 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 423/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo prorrogar o prazo de que trata o art. 7º, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, procurando estribar-se no disposto no § 1º, do art. 1º, da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991.

A inconstitucionalidade do Plano de Lei em exame é indiscutivelmente flagrante, tendo em vista que o § 4º, do art. 18, da Magna Carta Federal preceitua que Lei Complementar Estadual, disporá sobre a forma pela qual serão criados municípios na respectiva Unidade Federativa, fixando, inclusive, os requisitos mínimos necessários para tal. Com base no citado preceito constitucional o Estado do Paraná, através da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, tem essa matéria devidamente definida, onde, em seu art. 7º, é estabelecido que novos municípios somente poderão ser criados no ano anterior ao das eleições municipais.

Neste aspecto vale ressaltar que lei ordinária não poderá modificar matéria já definida em Lei Complementar, mormente daquelas expressamente previstas em mandamentos da Magna Carta Federal e da Constituição do Estado.

Por oportuno, é conveniente lembrar que a Lei Federal nº 8.214/91, que o legislador estadual pretendeu utilizar como respaldo à proposição em causa, não teria nenhuma força impositiva para alterar lei complementar estadual, pois, se o fizesse, estaria invadindo área de competência legislativa constitucionalmente reservada aos Estados. A referida Lei Federal, como se pode observar, trata tão somente de normas para a realização das eleições municipais a serem realizadas no próximo ano.

Esses os motivos que me levaram a ve-

tar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 423/91, foi publicado no D.A. nº 117, de 18.09.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO

PROJETO DE LEI Nº 423/91

P A R E C E R

SOMULA: Prorroga o prazo de que trata o art. 7º da Lei Complementar nº 56 de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 1º da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992.

O direito de veto é assegurado pela Constituição Estadual (art. 71, § 1º) e previsto regimentalmente através do art. 215 da Resolução 159/90, motivo pelo qual entendemos que a presente proposição está em condições de ser apreciada e votada pelo Douto e soberano Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/91. VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 421/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, que isenta os municípios de custas e registros de matrículas imobiliárias de certidões negativas de protestos concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 414/91

Curitiba. 05.12.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 421/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe que os "municípios são isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias, certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como certidões de registro de imóveis".

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento tendo em vista que a Corregedoria Geral da Justiça, consultada a res-

peito da matéria, emitiu parecer sob nº 313/91, de 28.11.91, onde expressa o entendimento de que não vê razão no sentido de que a medida seja adotada porque o art. 137, da Lei Complementar nº 27, de 08.01.86, ainda em vigor, assegura aos Municípios paranaenses isenção idêntica à ora versada. Esclareceu, ainda, a Corregedoria da Justiça, que os Serventuários dos Offícios de Justiça abrangidos pelo disposto referido art. 137, da Lei Complementar nº 27/86, não cobram nenhum emolumento pelos atos praticados, quando tais documentos são requeridos em nome de municípios.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 421/91 foi publicado no D.A. nº 117 de 18.09.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

P A R E C E R:

A Proposição de Veto nº 79/91 aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 421/91 de autoria do Ilustre Deputado Albino Corazza.

SÔMULA: Isenta de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis.

O direito de veto é assegurado pela Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VII, o que faz com que a presente proposição esteja em condições de ser remetida à soberana decisão do Douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição Nº 080/91, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 355/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, dispõe que para a realização de concurso público no âmbito de todo território do Estado do Paraná, estabelece a obrigatoriedade na apresentação de histórico escolar correspondente, apenas quando do preenchimento da vaga para a qual tenha se dado aprovação. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 415/91

Curitiba, 09.12.91.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 316/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 355/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo, quando da realização de concurso público, a exigir a apresentação de histórico escolar correspondente, apenas no caso do preenchimento da vaga para o qual se tenha dado a aprovação.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento em razão de sua indiscutível inconstitucionalidade, conforme assevera a Procuradoria Geral do Estado, através de seu Parecer nº 391/91, de 29.11.91, cuja parte fundamental vai adiante transcrita.

3. Ocorre, contudo, que o pretendido é visivelmente inconstitucional razão pela qual o Projeto está a merecer o veto. Afinal, pretende-se, como principal, o que está disposto no art. 1º do precitado Projeto:

"Fica o Poder Público Estadual autorizado, quando da realização de concurso público, a exigir a apresentação de histórico escolar correspondente, apenas no caso de preenchimento da vaga para o qual tenha se dado a aprovação".

4. Pretende-se em "ultima ratio", que os concursos públicos sejam procedidos sem que os Editais de convocação exijam a demonstração prévia (com condição à inscrição) de histórico escolar correspondente.

5. Ora, a exigência da comprovação de titulação é condição de lei à realização do concurso público pelo interessado porque tão só pode nele ser aprovado quem o realizar e, nessa condição, poderá ser investido em cargo ou emprego. Em outras palavras: a investidura precede aprovação em concurso de provas e títulos (ou só prova, mas não é de tal matéria que trata o Projeto), sendo indispensável, para a referida aprovação, que os títulos sejam apresentados. Sobre a natureza dos mesmos, ademais, dirá o Edital, que é a regra do específico concurso.

6. Destarte, o Projeto ofende o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, assim como o art. 27, II, da Constituição Estadual, os quais estão a comandar que se proceda de forma a exigir a apresentação prévia dos títulos. Isto posto, opinamos, em uma análise efetivamente urgente recebermos os Autos hoje pela manhã, que o Projeto de Lei nº 355/91, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, é inconstitucional, por ferir as regras dos arts. 37, II, da CF e 27, II, da CE."



Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 355/91 foi publicado no D.A. nº 100 de 20.08.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 355/91

P A R E C E R:

Oriundo o Ofício DLT/SAT nº 415/91, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 80/91, aposto ao Projeto de Lei nº 355/91, de autoria do nobre Deputado TOTI COLAÇO que dispõe que para a realização de concurso público no âmbito de todo território do Estado do Paraná, estabelece a obrigatoriedade na apresentação de histórico escolar correspondente, apenas quando do preenchimento da vaga para a qual tenha se dado aprovação.

O veto foi aposto no prazo regimental, obedecendo todos os trâmites legais, estando, apto para ser apreciado pelo douto Plenário.

E o parecer!

Sala das Sessões, em 17.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 081/91, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 077/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA e OUTROS, que cria a comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, conforme específica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 416/91

Curitiba, 09.12.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 315/91, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 077/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as parcelas de recursos asseguradas por Lei Federal ao Estado do Paraná, como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás

natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, do seu território, ou como compensação financeira por essa exploração, serão depositadas diretamente no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, quando de seu recebimento pelo Estado, visando, ainda, adotar outras providências.

O veto aposto incidiu sobre o art. 3º, seus incisos e parágrafos; sobre o art. 6º, seus incisos e parágrafo único; e sobre o § 2º, do art. 1º.

A negativa de sanção ao disposto no art. 3º, seus incisos e parágrafos decorre da indiscutível inconstitucionalidade dos mesmos porque ferem o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo, a iniciativa privativa para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. Tal inconstitucionalidade agrava-se ainda mais em razão do art. 87, inciso VI, da Carta Estadual, segundo o qual compete, privativamente, ao Governador do Estado "dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei". Portanto, toda proposição legal que venha modificar a organização do Poder Executivo só poderá prosperar mediante proposta formal do Governador do Estado.

Ademais, o inciso II, do referido art. 3º, encontra óbices no parágrafo único, do art. 7º, da Constituição Estadual onde se contém vedação, a quem for investido na função de um dos Poderes, exercer a de outro. Isto significa dizer que o Deputado Estadual não pode exercer simultaneamente as funções de membro da Comissão Paritária, a que alude o Projeto de Lei ora vetado, sem o risco da perda do mandato. Ainda, em relação aos vetados incisos III e IV, do mesmo art. 3º, há que se mencionar que os mesmos ferem o mandamento contido art. 5º, inciso XVIII, "in-fine", da Carta Magna Federal que veda a interferência estatal em entidades da natureza daquelas ali referidas.

Por outro lado, o veto aposto ao art. 5º e seu parágrafo único, fez-se necessário porque as disposições neles constantes invadem matérias do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ambas de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, o que amplia o grau de inconstitucionalidade da medida.

Vale ressaltar, ainda, que o veto aposto ao art. 6º e seus incisos e parágrafo, decorre do fato de que o não acolhimento aos demais dispositivos vetados, não se permitindo, assim, a composição da questionada Comissão Paritária, impõe-se o veto porque ficaram eles sem nenhum obje-



to.

Por fim, devo esclarecer que o § 2º, do art. 1º foi vetado por ter sido julgado desnecessário uma vez que todos os recursos carregados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, assim como a quaisquer outros fundos, são, por força de normas constitucionais, fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 81/91, foi publicado no D.A. nº 22, de 29.03.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 81/91

P A R E C E R:

O Governador do Estado, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, VII, e dentro do prazo previsto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Federal, vetou parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 77/91.

Assim, nada obsta a sua apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 029/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 267/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC Nº 23/92

Curitiba, 16 de março de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 002/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 267/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação do Sistema Estadual de Crédito Educativo para alunos do ensino universitário e de especialização técnica e científica.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamentos expendidos por órgãos do Poder Executivo que pro-

cederam análise do assunto, os quais asseveraram que a medida é inconstitucional porque, nenhuma previsão a respeito constando da "Lei de Meios" para 1992, fere frontalmente o preceito contido no art. 135, inciso I, da Carta Estadual que veda "o início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária anual". Nos mencionados pronunciamentos foi ainda ressaltado que, por força da Lei nº 8.675, de 21 de dezembro de 1987, o Estado vem assegurando aos mais de 52 mil alunos do ensino superior em suas Universidades, um muito expressivo e significativo apoio nesse sentido, qual seja o do ensino gratuito, não se justificando assim, aqui no Estado do Paraná, por total desnecessidade, a criação do questionado sistema de crédito educativo.

Por outro lado, vale lembrar, por oportuno, que o Estado vem aplicando 35% de sua receita na área educacional, índices esses bem superiores ao mínimo constitucional exigido, sendo que 9% daqueles montantes destinam-se ao ensino de nível universitário, onde vem havendo ofertas de vagas regulares e, como já foi dito, gratuitas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício.

(O Projeto de Lei nº 267/91, foi publicado no D.A. nº 77, de 25.06.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO VETO Nº 029/92

P A R E C E R:

Usando de suas atribuições, o Senhor Governador do Estado vetou integralmente Projeto de Lei do Deputado Geraldo Cartário e que foi aprovado nesta Casa, criando o Sistema Estadual de Crédito Educativo para alunos do ensino universitário, "por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos".

Foi uma lei autorizatória.

O caráter inconstitucional levantado pelo Senhor Governador é discutível e ao nosso ver, não procede. Estranhamos afirmar o Senhor Governador que o citado projeto contraria interesse público. Testemunhamos todo dia pais e alunos desesperados em obter recursos ou bolsa de estudos para enfrentar as matrículas e sustentação dos cursos universitários! Discordamos. Trata-se de uma idéia brilhante e que vai de encontro ao interesse público!

Este veto encontra-se em condições de ir ao Plenário, para a soberana decisão

dos Senhores Deputados!

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 099/91, de autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que dispõe sobre o crédito agrícola, critérios de pagamento e dá outras providências. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 24/92

Curitiba, 16 de março de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 001/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 099/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafa autorizar o Poder Executivo a, através do Banco do Estado do Paraná, conceder créditos para financiamento agrícola mediante pagamento pelo contratante-financiado, em produtos agrícolas.

Embora se reconheça louvável preocupação do autor do projeto no sentido de estabelecer modalidade creditícia que facilite financiamentos a produtores agrícolas, a medida em referência não pôde merecer acolhimento tendo em vista o resultado de análises técnicas procedidas pelos órgãos estaduais do setor, quais sejam, a Secretaria de Estado da Fazenda e sua entidade vinculada o Banco do Estado do Paraná S/A, e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, os quais concluíram que tal tipo de financiamento, pela forma como está posto, deixa de apresentar as necessárias condições para uma tranqüila e perfeita exequibilidade como também viria, se acolhido, impor riscos e incalculáveis prejuízos ao Poder Público.

É oportuno levar-se em conta que para um sistema creditício dessa natureza atingir os fins colimados seria necessário um grande volume de recursos, assim como outras condicionantes hoje não disponíveis no Estado do Paraná e que, na atual conjuntura brasileira, somente o Governo Federal os possui.

Deve ainda ser considerado o fato de que Administração Federal avocou para si as mais importantes definições pertinentes à política agrícola, deixando aos estados praticamente a responsabilidade pela

orientação, coordenação e pela execução de obras de infra-estrutura para tal atividade econômica.

E também, evidente que esses recursos aplicados adicionalmente pelo Estado, como é preconizado, ensejariam, sem dúvida, a redução ou até mesmo a retirada dos recursos advindos do Tesouro Nacional, o que, indiscutivelmente não condiz com os superiores interesses da comunidade paranaense, nem de seu governo.

Por outro lado, merece destacar o fato de o Governo do Estado vir mantendo, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o programa "Panela Cheia", destinado ao pequeno produtor, o qual, tecnicamente viável, está atendendo de maneira plenamente satisfatória, ao incremento da produção.

Ademais, é importante observar a necessidade de limitar-se os riscos do Banco nessas operações, parte dos quais bancados pelo Tesouro Estadual, fato este que dá ao projeto de lei em causa características de inconstitucionalidade pois, diante dessa circunstância, estaria afrontando o preceito contido no art. 135, incisos I e II, da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

(O Projeto de Lei nº 099/91, encontra-se publicado no D.A. nº 025, de 01.04.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 099/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício DLT/SAT nº 24/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 30/92, apostado ao Projeto de Lei nº 099/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que dispõe sobre o crédito agrícola, critérios de pagamento e dá outras providências.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto por esta Casa, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pela apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 034/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 568/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE,

do município de Rondon. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/Nº 038/92

Curitiba, 30 de março de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 008/92, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 568/91, em razão de fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7.626, de 09 de julho de 1982.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 568/91, foi publicado no D.A. nº 161, de 03.12.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO 034/92

PROJETO DE LEI Nº 568/91

P A R E C E R:

O Senhor Governador do Estado vetou o presente Projeto, pelo fato de já existir outra lei, que declara de Utilidade Pública esta mesma Entidade. Trata-se da Lei 7.626 de 9.7.82.

E de se lamentar a ausência de um serviço qualificado nesta Casa, que exerça um controle sobre as leis promulgadas, parti-

cularmente nestes casos de Utilidade Pública.

Além do serviço burocrático que se tornou desnecessário, cometeu-se um equívoco que pode lesar os trabalhos deste Poder! Entendemos necessário a reparação da falha, primeiramente acatando-se o veto e na sequência, procedendo-se a imediata instalação do serviço que possa evitar erros semelhantes.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e sete (37) Senhores Deputados votaram.

Designo Comissão formada pelos Deputados: Antonio Annibelli, José Tavares e Nelson Justus para formar a Comissão escrutinadora.

Trinta e sete (37) dos Senhores Deputados votaram. 25 (vinte e cinco) dos Senhores Deputados votaram com a cédula "SIM" e 12 (doze) dos Senhores Deputados com a cédula "NÃO".

Está REJEITADO o Projeto e MANTIDO o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.